

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

CAMILA MARTINS TELES

ENDIVIDAMENTO DOS IDOSOS: Uma análise da influência do planejamento financeiro pessoal no grau de endividamento dos residentes no bairro do São Francisco - MA

São Luís

2022

CAMILA MARTINS TELES

ENDIVIDAMENTO DOS IDOSOS: Uma análise da influência do planejamento financeiro pessoal no grau de endividamento dos residentes no bairro do São Francisco - MA

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade de artigo, apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Aline Alvares Melo

São Luís

2022

Teles, Camila Martins.

ENDIVIDAMENTO DOS IDOSOS: Uma análise da influência do planejamento financeiro pessoal no grau de endividamento dos residentes no bairro do São Francisco - MA / Camila Martins Teles. – 2022.

29 f.

Orientador(a): Aline Alvares Melo.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação, Artigo) - Curso de Administração, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Planejamento financeiro. 2. Endividamento. 3. Endividamento dos idosos. I. Melo, Aline Alvares. II. Título.

CAMILA MARTINS TELES

ENDIVIDAMENTO DOS IDOSOS: Uma análise da influência do planejamento financeiro pessoal no grau de endividamento dos residentes no bairro do São Francisco - MA

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade de artigo, apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração da Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Aprovado em: 15/12 /2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Aline Alvares Melo (orientadora)

Dr^a. em Administração

Universidade Federal do Maranhão

Prof. Tadeu Gomes Teixeira

Dr. em Ciências Sociais

Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Carla Emília Amaral Ferreira

Me. em Educação e Pedagogia Profissional

Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por todas as oportunidades que tive ao longo da vida, inclusive de poder me dedicar aos estudos no ano de 2016 e poder ser aprovada no curso de Administração em 2017. Agradeço pelos momentos em que abriu portas para que eu conseguisse realizar meus sonhos quando eu pensava em desistir,

Gostaria de agradecer à minha mãe Maria de Fátima e ao meu pai Manoel da Trindade por terem me trazido a esse mundo e me apoiarem sempre. Também graças aos meus pais tenho oportunidade de ter irmãos que amo de todo meu coração e dedico minhas conquistas a eles também (Luís, Manoel, Tatiane, Walber, Tatiana, Sâmia e Samila). Agradecer a minha irmã Tatiane, especialmente, por apoiar e incentivar que eu corra atrás dos meus sonhos, saiba que ter uma irmã inspiradora como você é uma benção indescritível.

Agradeço às minhas tias Edileuza e Helena por me proporcionar o privilégio de me dedicar somente aos estudos nos anos que cursei ensino fundamental e médio, com certeza graças a isso pude usufruir de muitas oportunidades. Aos meus amigos (Elisangela Cristina, Yasmin Chaves, Karolina Pantoja e Jean Pinheiro) por serem meus companheiros e incentivadores ao decorrer de todos esses anos.

Agradeço também meu namorado Rafael Dantas que esteve comigo e foi meu incentivador em toda minha caminhada acadêmica, são anos me acompanhando e acreditando que eu sou capaz, às vezes até mais do que eu acreditei.

Por fim, gostaria de agradecer aos professores do curso de Administração que contribuíram para todo meu aprendizado durante esses longos anos na Universidade, em especial a minha orientadora Aline Melo pela paciência e dedicação que teve para me orientar nesse processo de construção deste trabalho.

RESUMO

A partir da década noventa percebeu-se uma maior expansão do crédito, a demanda retraída de vários anos com a inflação em alta fez com que as medidas de incentivo fossem facilmente aceitas. Em contrapartida, o uso excessivo e indiscriminado do crédito tem favorecido o endividamento e também a inadimplência das famílias brasileiras, este estudo, em especial aprofunda-se no endividamento da população idosa e a relação desse fenômeno com o planejamento financeiro pessoal. A pesquisa foi realizada com 21 idosos residentes no bairro do São Francisco, na cidade de São Luís - MA, o instrumento utilizado para a coleta de dados foi questionário contendo 25 perguntas abertas e fechadas. O estudo teve por objetivo analisar a relação entre planejamento financeiro pessoal e o grau de endividamento dos idosos, assim, foi possível perceber que em sua maioria os idosos não tem o hábito de manter controle dos gastos financeiro, seja por não considerar necessário ou por não saber como fazer, todavia, não foi possível atestar de fato se o controle dos gastos e a existência do planejamento financeiro exercem influência direta sobre o grau de endividamento.

Palavras-chave: Planejamento financeiro. Endividamento. Endividamento dos idosos.

ABSTRACT

From the nineties onwards, a greater credit expansion was noticed, the retracted demand of several years with high inflation made the incentive measures easily accepted. On the other hand, the excessive and indiscriminate use of credit has favored indebtedness and also the default of Brazilian families, this study, in particular, deepens in the debt of the elderly population and the relationship of this phenomenon with personal financial planning. The survey was carried out with 21 elderly residents in the São Francisco neighborhood, in the city of São Luís - MA, the instrument used for data collection was a questionnaire containing 25 open and closed questions. The study aimed to analyze the relationship between personal financial planning and the degree of indebtedness of the elderly, thus, it was possible to perceive that most elderly people do not have the habit of keeping control of financial expenses, either because they do not consider it necessary or because they do not know how to do it, however, it was not possible to confirm whether the control of expenses and the existence of financial planning have a direct influence on the degree of indebtedness.

Keywords: Financial planning. Indebtedness. Indebtedness of the elderly.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gastos que pagam ou ajudam a pagar com a renda.....	18
Gráfico 2 - Responsabilidade com os gastos domésticos	18
Gráfico 3 – Forma de pagamento que costumam utilizar.....	19
Gráfico 4 – Orientação financeira	21
Gráfico 5 - Como buscariam solucionar uma emergência financeira.	21
Gráfico 6 - Frequência que precisaram recorrer a empréstimos ou financiamentos nos últimos 5 anos.....	22

LISTA DE TABELAS

TABELAS

Tabela 1 - Faixa etária dos respondentes	15
Tabela 2 - Estado Civil dos participantes	15
Tabela 3 - Grau de escolaridade dos respondentes	16
Tabela 4 - Renda familiar dos participantes	16
Tabela 5 - Fonte de renda dos respondentes	17
Tabela 6 - Motivos para não realizar o controle dos gastos e as formas de fazê-lo	17
Tabela 7 - Tempo que conseguiriam manter o padrão de vida.....	20

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CRÉDITO NO BRASIL.....	10
2.1	Crédito pessoal	10
2.2	Planejamento financeiro pessoal	11
2.3	Endividamento	12
2.3.1	Endividamento dos idosos.....	13
3	METODOLOGIA.....	14
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	15
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
	REFERÊNCIAS.....	23
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO UTILIZADO.....	26

ENDIVIDAMENTO DOS IDOSOS: Uma análise da influência do planejamento financeiro pessoal no grau de endividamento dos residentes no bairro do São Francisco - MA

Camila Martins Teles¹
Aline Alvares Melo²

Resumo: A partir da década noventa percebeu-se uma maior expansão do crédito, a demanda retraída de vários anos com a inflação em alta fez com que as medidas de incentivo fossem facilmente aceitas. Em contrapartida, o uso excessivo e indiscriminado do crédito tem favorecido o endividamento e também a inadimplência das famílias brasileiras, este estudo, em especial aprofunda-se no endividamento da população idosa e a relação desse fenômeno com o planejamento financeiro pessoal. A pesquisa foi realizada com 21 idosos residentes no bairro do São Francisco, na cidade de São Luís - MA, o instrumento utilizado para a coleta de dados foi questionário contendo 25 perguntas abertas e fechadas. O estudo teve por objetivo analisar a relação entre planejamento financeiro pessoal e o grau de endividamento dos idosos, assim, foi possível perceber que em sua maioria os idosos não tem o hábito de manter controle dos gastos financeiro, seja por não considerar necessário ou por não saber como fazer, todavia, não foi possível atestar de fato se o controle dos gastos e a existência do planejamento financeiro exercem influência direta sobre o grau de endividamento.

Palavras-chave: Planejamento financeiro-1; Endividamento-2. Endividamento dos idosos-3.

Abstract: From the nineties onwards, a greater credit expansion was noticed, the retracted demand of several years with high inflation made the incentive measures easily accepted. On the other hand, the excessive and indiscriminate use of credit has favored indebtedness and also the default of Brazilian families, this study, in particular, deepens in the debt of the elderly population and the relationship of this phenomenon with personal financial planning. The survey was carried out with 21 elderly residents in the São Francisco neighborhood, in the city of São Luís - MA, the instrument used for data collection was a questionnaire containing 25 open and closed questions. The study aimed to analyze the relationship between personal financial planning and the degree of indebtedness of the elderly, thus, it was possible to perceive that most elderly people do not have the habit of keeping control of financial expenses, either because they do not consider it necessary or because they do not know how to do it, however, it was not possible to confirm whether the control of expenses and the existence of financial planning have a direct influence on the degree of indebtedness.

Keywords: Financial planning-1; Indebtedness-2. Indebtedness of the elderly-3.

1 INTRODUÇÃO

Em 1994 com a implantação do Plano Real, foi possível o controle da inflação. Com essa medida, mais pessoas tiveram acesso ao crédito e, como reflexo disso, houve elevação do consumo, favorecendo principalmente as classes mais baixas. No período referente a 2003 e 2004, também foram realizadas reformas no Sistema Financeiro Nacional (SFN) que contribuíram para o aumento da oferta de crédito destinado a pessoas físicas, com ênfase para o crédito consignado regulamentado pela Lei nº10.820/03 (GONÇALVES, 2021). Porém, a expansão do crédito, além dos benefícios para a economia do país por impulsionar o consumo, quando utilizado indiscriminadamente pode causar o endividamento, limitando a capacidade de compra no futuro.

Quando se trata do uso do crédito pela população idosa, em diversas situações, este é utilizado não apenas para beneficiar o idoso, mas também para ajudar familiares. Entretanto, Persson (2020) destaca que a população idosa é a parte mais vulnerável nas relações de consumo, e por isso costuma sofrer constantes abusos por parte dos bancos e financeiras que lhes repassam juros abusivos sem que o idoso tenha ciência. Assim, pessoas com sessenta anos

¹ Aluno(a) do Curso de Administração/UFMA. Artigo apresentado para a disciplina de TCC II, no dia 15/12/2022, na cidade de São Luís/MA. Contato: teles.camila@discente.ufma.br;

² Professor(a) Orientador(a). Dr^a. em Administração. Departamento de Ciências Contábeis, Imobiliárias e Administração/UFMA. Contato: aline.melo@ufma.br

ou mais representam uma parcela significativa de pessoas que tornaram-se inadimplentes no país (SERASA, 2020).

Dessa maneira serão apresentados dados que demonstram como está a situação financeira, tanto das famílias brasileiras como dos idosos, principais tipos de crédito pessoal que costumam utilizar e quais os motivos que os levam à tomada de crédito. Ademais, o estudo discutirá a relação entre educação financeira e os impactos observados a partir do momento em que se tem mais conhecimento a respeito das taxas que estão sendo inseridas nos juros no momento da tomada do crédito.

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a relação entre planejamento financeiro pessoal e o grau de endividamento dos idosos. E os objetivos específicos são: a) Apresentar a definição de planejamento financeiro; b) Caracterizar a população idosa do São Francisco -MA com relação a finanças e grau de endividamento; c) Identificar os principais tipos de crédito utilizados pelos idosos e analisar os motivos que os levaram a recorrer ao crédito pessoal.

O presente estudo apresentará o referencial teórico tomando por base as áreas do crédito pessoal, planejamento financeiro pessoal, endividamento e endividamento dos idosos. Depois do referencial teórico apresenta-se a metodologia, os resultados e discussões e, por fim, as considerações finais.

2 CRÉDITO NO BRASIL

2.1 Crédito pessoal

Nas últimas décadas no Brasil percebeu-se significativa expansão do volume de crédito disponível. Em 1994, com a implantação do Plano Real foi possível o controle da inflação e o mercado de crédito cresceu, permitindo o aumento do consumo das famílias brasileiras e tornando-se indispensável no dia a dia da população.

Porto (2014) destaca o início do primeiro mandato do presidente Lula, no ano de 2003, como um período marcante, pois, somente a partir da política econômica implantada em seu governo foi possível um volume de crédito mais significativo fazendo ele alcançar mais pessoas, especialmente as classes mais pobres, que antes não tinham possibilidade de acesso.

A autora salienta também, em 2004 o volume de crédito ainda manteve-se os números elevados, em especial, pela aceitação que o consignado obteve, devido aos juros baixos praticados, pois, com os descontos das parcelas realizado diretamente na folha de pagamento de servidores públicos, aposentados e pensionistas, os bancos exploram ao máximo sua capacidade visto que o é um crédito que oferece baixo risco às instituições financeiras.

Para Gonçalves (2021), o crédito é essencial porque é capaz de suprir a escassez de recursos econômicos, a partir dele há viabilidade para realizar grandes investimentos com objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, ele também fomenta a geração de emprego a partir do aumento da demanda que é gerada pelo aumento do consumo das famílias.

Não por coincidência os governos se utilizam de ações para fomentar o uso do crédito pessoal, pois ele é um elemento indispensável para o desenvolvimento econômico de um país. Por isso, a política expansionista adotada desde 2003, proporcionou maior possibilidade de consumo sem a necessidade de pagamento à vista, o que era comum nos períodos de alta inflação antes da estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real.

Nessa conjuntura, o crédito consignado teve grande contribuição no processo de expansão do crédito, mas deve-se ressaltar que também a participação de outras linhas de crédito destinadas à pessoa física, como: cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal, desempenharam um papel importante (GONÇALVES, 2021). Porém, cada modalidade

apresenta diferentes características que devem ser levadas em consideração e, antes de utilizá-las.

Assim, as famílias se beneficiaram à medida que puderam adquirir bens duráveis com mais facilidade. Corroborando com isso, Cerbasi (2015) exemplifica que o crédito imobiliário destinado à compra de imóveis para moradia e até mesmo o financiamento estudantil são alternativas saudáveis, desde que feita a análise correta quanto ao impacto que a parcela causará no orçamento. Vale ressaltar que apesar das vantagens, o crédito deve ser utilizado de forma consciente e planejada para evitar o endividamento.

2.2 Planejamento financeiro pessoal

Nos últimos anos no Brasil, foi possível observar uma corrente crescente de informações nos mais diversos meios de comunicação com o objetivo de desmistificar conceitos como o planejamento financeiro pessoal e a educação financeira. Porém, embora essa temática não trate de uma novidade, muitas pessoas ainda desconhecem sua importância e real utilidade.

Para Gitman (2010), o planejamento financeiro na vida pessoal, assim como nas organizações, exerce um papel de destaque. Ao iniciar o planejamento financeiro deve-se fazê-lo considerando as receitas e despesas de cada indivíduo, somente assim será possível estipular metas estratégicas e desenvolver um plano de ação a fim de alcançar os objetivos. Para Macedo Júnior (2010), o planejamento financeiro deve fazer parte da vida de todas as pessoas, porque, somente com o planejamento financeiro há possibilidade do indivíduo fazer escolhas melhores para sua vida.

O autor infere que deve-se levar em consideração a capacidade limitada de recursos financeiros que cada indivíduo possui, assim é importante para que seja possível a racionalidade no momento da tomada de decisão ao explorar as modalidades de crédito disponíveis. Logo, a escolha deverá ser realizada com base nos objetivos que foram estipulados, esses não necessariamente precisam ser de ordem econômica e financeira, pois a vida financeira organizada auxilia em outras esferas da vida, sejam elas pessoais ou profissionais.

Cerbasi (2015) destaca que planejar não infere certeza alguma sobre os cenários que serão encontrados independentemente do prazo, todavia, caso tudo ocorra como estipulado é possível usufruir de grandes conquistas e ainda economizar. Para que o planejamento seja realizado de modo eficiente, é preciso considerar as particularidades de cada indivíduo, inclusive no tocante à fase de vida, pois pessoas com idades diferentes tendem a ter objetivos muito distintos.

Assim, Guimarães, Gonçalves e Miranda (2015, p. 29.) destacam que: “O primeiro passo do planejamento financeiro pessoal é definir suas metas. As metas podem ser de curto ou longo prazo”. Ele serve como um mapa a seguir objetivando chegar ao destino que, nesse caso, são as metas que foram traçadas no início do processo. É um instrumento que deve fazer parte da rotina do indivíduo.

A gestão das finanças pessoais é vital para a saúde financeira do indivíduo, pois é a partir dela que há possibilidade de montar reserva para uma eventual emergência ou até mesmo uma oportunidade de investimento. Entretanto, pode se constatar que uma parcela pequena da população possui reserva financeira para eventuais emergência, estes ficam expostos a situações delicadas, como problemas de saúde (ASSUNÇÃO, 2022).

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em 2019 constatou que 40% dos usuários do cheque especial costumam utilizá-lo mensalmente e 25% afirmaram que o cheque especial foi utilizado para pagar contas e lidar com algum imprevisto, o descontrole financeiro é uma das causas apontadas para esse comportamento nocivo.

Ainda sobre a reserva de emergência, Araújo (2021), discorre que, para saber o valor correto a ser considerado, com isso, é importante conhecer as despesas mensais que são

recorrentes, ou seja, o custo de vida. A autora diz que isso pode ser feito através da conferência dos extratos financeiros, mapeando despesas fixas e variáveis e, para ser considerada eficiente é necessário ter um valor referente a, pelo menos, seis meses do custo de vida mensal.

Nesse sentido, a formação da reserva de emergência não deve, de forma alguma, ser negligenciada quando busca-se o equilíbrio das finanças pessoais, pois ela é uma segurança de que caso algum imprevisto de qualquer natureza venha a acontecer o indivíduo não terá que recorrer à utilização de um crédito com juros altos, como o cheque especial, evitando o um comprometimento maior da receita mensal (ASSUNÇÃO, 2022).

2.3 Endividamento

O endividamento inicia-se a partir do momento em que as pessoas precisam consumir determinado produto ou serviço e na impossibilidade de pagar à vista o consumo torna-se possível devido ao possibilidade de acesso ao crédito, por exemplo, por meio de um consignado, cheque especial, ou cartão de crédito, adquire-se então uma dívida que deve ser paga em um período predeterminado (GONÇALVES, 2021).

Nesse sentido, os estudos de Vasconcelos (2016), permitem-nos avaliar que o endividamento em si é algo comum, já que todos os indivíduos possuem débitos de alguma natureza e, não necessariamente, isso deve ser considerado ruim. A questão para se preocupar é o fato de que, na medida em que há elevação do grau de endividamento, a consequência é o superendividamento e em casos mais extremos ocorre a inadimplência do consumidor.

Em uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2022) apurou-se que o endividamento e Inadimplência das famílias bateram novo recorde em abril de 2022, 77,7% delas fecham o mês com dívidas e proporção de famílias com contas em atraso chega a 28,6%. No mesmo período de 2021, o endividamento das famílias era de 67,5% e em 2020 era 66,6%.

Segundo dados da mesma pesquisa, o cartão de crédito é o principal motivo das dívidas, do total de famílias endividadas 88,8% possuem dívidas com cartão de crédito, seguido por dívidas com carnês de loja (18,2%), financiamento automotivo (11,2%), crédito pessoal (9,4%) e financiamento de casa (8,6%). No que diz respeito a proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso, houve um aumento principalmente entre os que possuem menor renda, pois com orçamentos mais apertados com o pagamento de dívidas as pessoas tendem a utilizar mais o cartão de crédito.

Campara, Vieira e Ceretta (2016), ao estudarem o endividamento constataram que a renda é uma variável importante a se considerar, o indicativo é que a medida em que a renda aumenta as pessoas tendem a se endividar menos, ao contrário do que acontecem com as pessoas com faixas salariais menores. O autor Zerrenner (2007), destaca que os indivíduos de baixa renda enfrentam muitas dificuldades devido à escassez de recursos financeiros.

O endividamento pessoal da população também relaciona - se com fatores macroeconômicos, sendo que, em um período recente pode-se citar a crise causada pela pandemia da Covid-19. No atual cenário, os brasileiros convivem com as altas da inflação e taxa de desemprego. Estudos estimam que cerca 90% das profissões registraram queda no poder de compra entre março de 2021 e o mesmo período de 2022, (JANONE, 2022).

Além da perda no poder de compra, há o comprometimento das receitas com dívidas adquiridas anteriormente. Tudo isso aliado ao descontrole financeiro leva as pessoas a se endividarem e, por vezes, se tornarem inadimplentes por não conseguirem honrar com suas obrigações e por sentirem a necessidade de continuar consumindo o crédito continuam usufruindo de algum crédito que esteja acessível.

2.3.1 Endividamento dos idosos

O número de idosos no país cresce de forma acelerada, embora ainda seja uma proporção menor em relação aos países desenvolvidos. Segundo pesquisa realizada pelo IBGE (2018), o Brasil segue uma trajetória de crescimento no que tange ao envelhecimento da população, seguindo essa perspectiva, entre os anos de 2012 e 2017 o país ganhou 4,8 milhões de novos idosos o que representa crescimento de 18%. As mulheres idosas representam 56% da população enquanto que os homens somam 44%.

Camarano (2002), destaca que dada a representatividade da pessoa idosa, as perspectivas sobre esse assunto devem ir além do viés econômico, especialmente no que diz respeito às temáticas abordadas por uma parte considerável das literaturas, essas por sua vez enfatizam principalmente os problemas relacionados às pressões no sistema previdenciário, desconsiderando outros pontos relevantes, como a contribuição da pessoa idosa à família. Com o aumento no número de idosos mudam-se também a estrutura familiar. Há modificações inclusive no mercado de trabalho, pois esse grupo tem se mostrado disposto a se aposentar cada vez mais tarde.

Não obstante, há poucas décadas atrás, pessoas com 60 anos ou mais exerciam pouca ou nenhuma importância no cenário econômico, porém, especialmente com a Constituição Brasileira de 1988, aumentou-se a proteção à pessoa idosa no país, que proporcionou também aquisição de benefícios sociais. O Estatuto do Idoso, alterado pelo Projeto de Lei nº 3.646, 2019 e atualmente denominado de Estatuto da Pessoa Idosa, incorporou diversas leis com o objetivo de assegurar aos idosos o acesso a serviços básicos. Tais benefícios contribuíram para “[...] uma dissociação entre envelhecimento e pobreza” (CAMARANO, 2013, p. 13).

Teixeira e Rodrigues (2009) foram além ao demonstrar que a população idosa tem invertido a concepção de dependência, principalmente financeira, eles estão cada vez mais independentes. Em conformidade a isso, a pesquisa SESC (2020) averiguou que apenas 5% dos idosos não possuem nenhuma renda, enquanto que em 2006 eram 8%. Em 1998 esse número chegava próximo de 12%, o que por sua vez é uma taxa bem menor do que os 21% que haviam sido observados em 1981 (CAMARANO, 2002).

Ademais, Doll *et al.*, (2021) destaca que quando moram em um ambiente com filhos e netos a pessoa idosa contribui ativamente para o sustento da família e até mais do que os mais jovens em determinados casos. Demonstrando que cada vez mais, filhos e netos estão necessitando mais de apoio financeiro, constatando a inversão de papéis de dependência, pelo menos econômica.

Em períodos de crise financeira como a ocasionada pela pandemia do COVID-19, observa-se altas taxas de desemprego, principalmente entre os jovens, estando desde 2016 acima de 20% (G1, 2022). Em alguns casos, onde a renda proveniente dos benefícios dos idosos é a única do domicílio, essa receita por vezes fica comprometida com despesas básicas como moradia, alimentação tanto dos idosos como dos demais membros do lar (DOLL *et al.*, 2021).

Com as mudanças observadas, idosos passaram a ser alvos constantes de campanhas publicitárias de bancos e financeiras. A expansão do crédito destinado a terceira idade resultou em uma maior utilização destes às mais diversas modalidades, porém, destaca-se que o crédito consignado que teve maior adesão por parte desse público, principalmente devido aos juros baixos ofertados e a facilidade de contratação (DOLL *et al.*, 2021).

Geralmente o público idoso têm seu primeiro contato com o crédito por meio dessa modalidade exatamente pelas vantagens que ele possui em relação aos demais, os idosos costumam utilizar o consignado com mais frequência dada as facilidades para contratar. O estudo de Vasconcelos (2016) avaliou que aproximadamente 32% da população estudada havia utilizado o consignado.

Entretanto, além do consignado, o idoso tem no mercado de crédito brasileiro a possibilidade de contratação do crédito pessoal com desconto do saldo da conta corrente. Estes, por não possuírem um teto para limitar a porcentagem de desconto, tornam-se muito mais prejudiciais à saúde financeira do indivíduo, pois ele pode comprometer uma porcentagem muito alta da renda do contratante ficando este mais propenso a inadimplência, além disso, possuem juros muito elevados, especialmente quando comparado com os juros do consignado (PERSSON, 2020).

Pesquisa observou que entre outubro de 2018 e o mesmo período de 2019, mais de 900 mil pessoas idosas tornaram-se inadimplentes (SERASA, 2020). Um dos motivos apontados para isso é o uso excessivo do consignado, devido ao desconhecimento dos juros que estão sendo cobrados, em algumas instituições é comum que hajam cobranças abusivas. Com isso, em decorrência dos empréstimos, os idosos comprometem parte da sua renda mensal sem considerar compromissos assumidos anteriormente, como por exemplo, parcelas no cartão de crédito, ou despesas básicas.

Persson (2020) infere que há outras táticas que tornam o consumidor endividado, entre elas está a falsa contratação do crédito pessoal. Isso ocorre porque há situações em que a assinatura do consumidor é fraudada e a pessoa só fica sabendo do empréstimo quando o dinheiro fica disponível na sua conta bancária, outros só percebem quando a primeira parcela é descontada do salário. Segundo a reportagem, essa é a principal reclamação relacionada ao empréstimo consignado recebida nos órgãos de defesa do consumidor de todo país, situação agravada durante a pandemia (G1, 2021).

Nas situações em que o idoso busca empréstimos por conta própria Sousa, Medeiros e Medeiros (2016) verificaram que os principais motivos que levam os idosos a utilizar o crédito são: a constante e consistente oferta de crédito em diversos meios utilizados pelos bancos, tomada de empréstimos para ajudar familiares e devido à falta de planejamento recorrem ao crédito para adequar a queda da renda após a aposentadoria.

Resultados semelhantes encontrados por Vasconcelos (2016) a respeito da utilização do consignado mostraram que os principais motivos para solicitar essa modalidade de empréstimo foi pagamento de dívidas, reforma de casa e em terceiro lugar ajudar os filhos.

3 METODOLOGIA

De acordo com o objetivo do trabalho, que é avaliar a influência do planejamento financeiro no endividamento da população idosa, foi realizada uma pesquisa de caráter descritivo. Segundo Gil (2002) esse tipo de pesquisa tem como objetivo principal a busca de informações para caracterizar uma população. No caso deste estudo, a população da pesquisa foi a do grupo de idosos residentes no bairro do São Francisco, cidade de São Luís - MA. O autor também salienta que essa caracterização pode ser feita, por exemplo, pela distribuição por sexo, idade e grau de escolaridade.

A coleta de dados para a realização do estudo, em primeiro momento, deu-se por meio da pesquisa documental, utilizando dados disponíveis na plataforma do Serviço de Proteção ao crédito (SPC Brasil), Serasa Experian e dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao longo dos anos. Além disso, foram utilizados artigos científicos disponibilizados na plataforma *Google Acadêmico*.

Quanto aos meios adotados para a pesquisa optou-se por realizar uma pesquisa de campo objetivando coletar informações. O instrumento utilizado para a coleta foi o questionário contendo perguntas fechadas e abertas. A abordagem da pesquisa classifica-se como qualitativa e quantitativa.

Devido ao público da pesquisa ser a população idosa, a pesquisa considerou pessoas a partir de 60 anos, que normalmente têm mais dificuldade em acessar a internet, optou-se por

realizar a pesquisa presencialmente com pessoas idosas residentes no bairro do São Francisco -MA, escolhidas aleatoriamente.

As informações coletadas foram tabuladas no *Microsoft Excel*, posteriormente criou-se uma tabela dinâmica para obtenção de gráficos e tabelas de frequência devidamente organizados para ilustrar melhor os resultados encontrados na pesquisa. Foi realizado também o cruzamento de dados para relacionar informações dos respondentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a pesquisa tenha sido realizada no segundo semestre de 2022, período em que ainda havia instabilidade dos casos de COVID-19, optou-se por aplicar o questionário de forma presencial, visto que o público alvo da pesquisa poderia ter dificuldades em responder o questionários se esse fosse on-line. O questionário continha 25 questões e foi respondido por 21 idosos residentes no Bairro do São Francisco, na cidade de São Luís - MA.

4.1 Perfil dos respondentes

Buscando traçar um perfil para os idosos participantes da pesquisa, as primeiras 8 questões referem-se respectivamente à faixa etária, sexo, estado civil, escolaridade, renda familiar e renda do indivíduo e ocupação, respectivamente. Do total de respostas obtidas 66,7% dos respondentes são homens e 33,3% são mulheres. Na tabela 1 é possível verificar que a maioria tem entre 71 e 76 anos (28,6%), logo após verifica-se a faixa etária entre 77 e 81 anos (23,8%). Percebe-se que 61,9% dos respondentes tem até 76 anos.

Tabela 1 - Faixa etária dos respondentes

	Frequência	Percentual	Porcentagem acumulada
Entre 60 e 65 anos	3	14,3%	14,3%
Entre 66 a 70 anos	4	19,0%	33,3%
Entre 71 a 76 anos	6	28,6%	61,9%
Entre 77 a 81 anos	5	23,8%	85,7%
Acima de 82 anos	3	14,3%	100,0%
Total	21	100,0%	

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

No que diz respeito ao estado civil dos participantes a 66,7% é casado ou possui união estável. Viúvos (as) representam 19,0%, seguido de solteiros (as), separado (a)/ divorciado (a) com 4,8% e 9,5%, respectivamente (Tabela 2). Quando perguntados sobre com quem residiam, em geral os idosos dividem o domicílio com filhos/filhas e netas, além do parceiro (a), no caso daqueles que declaram-se casados ou em união estável.

Tabela 2 - Estado Civil dos participantes

	Frequência	Percentual	Porcentagem acumulada
Solteiro (a)	1	4,8%	4,8%
Casado (a)/ União Estável	14	66,7%	71,4%
Separado (a)/ Divorciado (a)	2	9,5%	81,0%
Viúvo (a)	4	19,0%	100,0%
Total	21	100,0%	

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Quanto ao nível de escolaridade, na tabela 3 percebe-se que quase metade dos participantes possuem o ensino médio completo, 42,9%, uma parcela significativa de 19,0% possuem curso de ensino superior completo, outros 14,3% não concluíram sequer o ensino fundamental. Respondentes que cursaram até o ensino médio completo representam 76,2%. Nenhum dos participantes possui curso de pós graduação ou mestrado/doutorado.

Tabela 3 - Grau de escolaridade dos respondentes

	Frequência	Percentual	Porcentagem acumulada
Fundamental incompleto	3	14,3%	14,3%
Fundamental completo	2	9,5%	23,8%
Ensino médio incompleto	2	9,5%	33,3%
Ensino médio completo	9	42,9%	76,2%
Superior incompleto	1	4,8%	81,0%
Superior completo	4	19,0%	100,0%
Pós graduação	0	0,0%	100,0%
Mestrado/Doutorado	0	0,0%	100,0%
Total	21	100,0%	

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Na tabela 4 está explicitado a faixa de renda dos entrevistados e suas famílias, em geral sobrevivem mensalmente com o orçamento bastante limitado 42,9% possuindo renda familiar mensal de até um salário mínimo. A parcela mais representativa de 61,9% possui uma renda familiar de até R\$3.090,00 e apenas 9,5% possuem renda acima de R\$5.001,00.

Tabela 4 - Renda familiar dos participantes

	Frequência	Percentual	Porcentagem acumulada
Até R\$ 1.212,00	9	42,9%	42,9%
De R\$1.212,01,00 a R\$ 3.090,00	4	19,0%	61,9%
De R\$3.091,00 a R\$4.000,00	4	19,0%	81,0%
De R\$4.001,00 a 5.000,00	2	9,5%	90,5%
Acima de R\$5.001,00	2	9,5%	100,0%
Total	21	100,0%	

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

É possível perceber na tabela 5 que a maioria representada por 76,9% tem como única fonte de renda a aposentadoria. Aqueles que recebem pensão e aposentadoria de forma cumulativa representam 7,7%. Há ainda 3,8% que ainda exercem alguma atividade formal e outros 3,8% atividade informal. Apenas 7,7% afirmaram não possuir renda própria, indicando que a maioria dos participantes possuem autonomia financeira e não depende, pelo menos financeiramente, da família.

Os dados estão próximos do que foi apurado pela pesquisa SESC (2020) na qual constatou-se que apenas 5% dos participantes não tinham renda. Sendo importante ressaltar que nesse estudo a quantidade de respostas foi maior que a quantidade de respondentes porque havia a possibilidade de marcar mais de uma alternativa.

Tabela 5 - Fonte de renda dos respondentes

	Frequência	Percentual
Aposentadoria	20	76,9%
Pensão	0	0,0%
Pensão e aposentadoria	2	7,7%
Renda advinda de trabalho informal	1	3,8%
Renda advinda de trabalho formal	1	3,8%
Não possuo renda própria	2	7,7%
Total de respostas	26	100,0%

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Foi perguntado também sobre a ocupação dos participantes, as porcentagens obtidas refletem os dados apresentados na tabela 5, porém os 7,7% que disseram não possuir renda própria responderam que estão desempregados. Os que possuem renda informal declararam-se autônomos, enquanto que os que disseram ter duas rendas (trabalho formal e informal) declaram ser empregados formais e autônomos, tem-se ainda os que recebem pensão e aposentadoria declaram como ocupação ser aposentado e pensionista.

4.2 Controle das finanças, planejamento financeiro e percepção sobre o endividamento

Considerando que uma das primeiras etapas para realizar o planejamento financeiro diz respeito ao controle das finanças, os participantes foram perguntados se costumavam manter controle sobre os gastos financeiros, 52,4% afirmaram não realizar esse controle e 47,6% disseram que realizam (tabela 6). Chama atenção os que disseram não manter controle, 36,4% não faz por não considera necessário, 27,3% não tem interesse e apenas 9,1% não sinalizaram que não sabem como fazer. Outros 9,1% disseram não ter tempo. Resultados semelhantes encontrados por Assunção (2022), em que as pessoas não controlam mais por falta de interesse do que por falta de conhecimento. Dos que realizam o controle 50,0% o fazem de alguma outra maneira, 30,0% fazem utilizando o caderno de anotações.

Tabela 6 - Motivos para não realizar o controle dos gastos e as formas de fazê-lo

	Frequência	Percentual		Frequência	Percentual
Não considero necessário	4	36,4%	Apenas acompanho extrato da conta bancária	0	0,0%
Não sei como fazer	1	9,1%	Aplicativo no celular	1	10,0%
Não tenho interesse	3	27,3%	Caderno de Anotações	3	30,0%
Não tenho tempo	1	9,1%	Outra	5	50,0%
Outra pessoa faz esse controle para mim	2	18,2%	Planilhas eletrônicas	1	10,0%
Total	11	100,0%	Total	10	100,0%

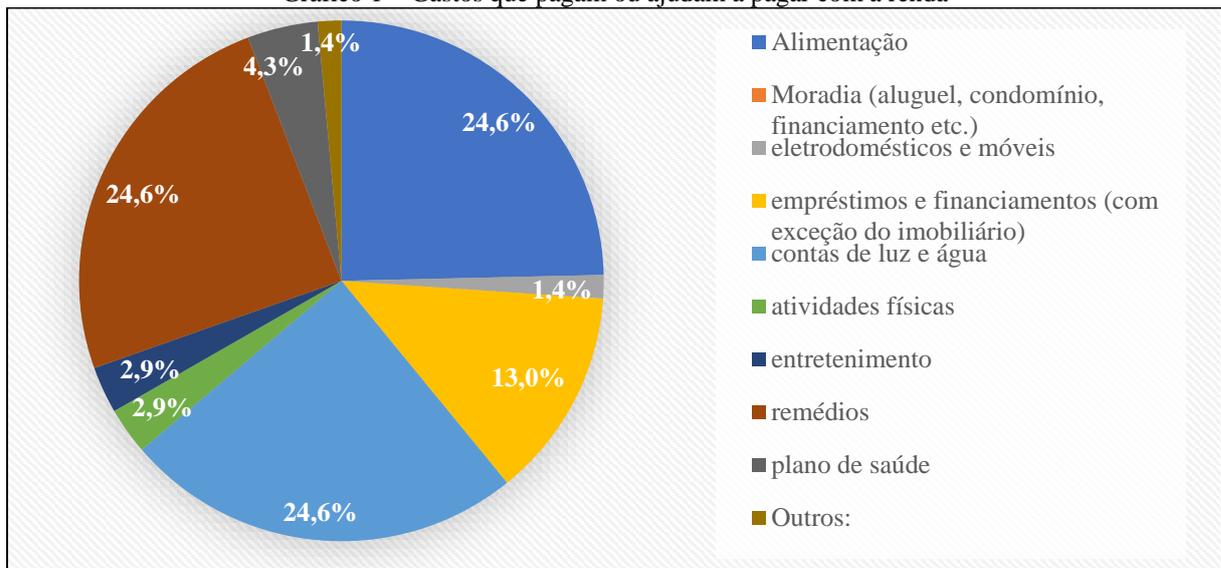
Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Em relação ao que pagam ou ajudam a pagar com a renda, os dois gastos mais citadas foram alimentação e contas de luz e água, ou seja, despesas necessárias à sobrevivência, Doll *et al.*, (2021), ao comparar dois grupos idosos, destaca que aqueles que possuem rendas menores seguem essa tendência. Ademais, os gastos com remédios foram citados por 24,6%, seguido por empréstimos e financiamentos com 13,0%. Apenas 4,3% possuem gastos com planos de

saúde. Os demais gastos foram mencionados em proporções menores conforme exposto no gráfico 1.

Foram perguntados sobre quais os dois gastos, relacionados na pergunta anterior, influenciavam no orçamento, de acordo com as respostas criou-se 6 variáveis que contemplaram as todas as respostas obtidas. Assim sendo a variável alimentação e remédios foi considerada por 52,9% como a que mais influenciava no orçamento, Alimentação e contas de luz e água foi citada por 17,6%, remédio e empréstimos e financiamentos 11,8%. As variáveis, Alimentação e plano de saúde, contas de luz e água e remédios, outros: presentes para familiares e produtos de higiene pessoal representam os outros 17,6% cada uma, com 5,9%.

Gráfico 1 – Gastos que pagam ou ajudam a pagar com a renda

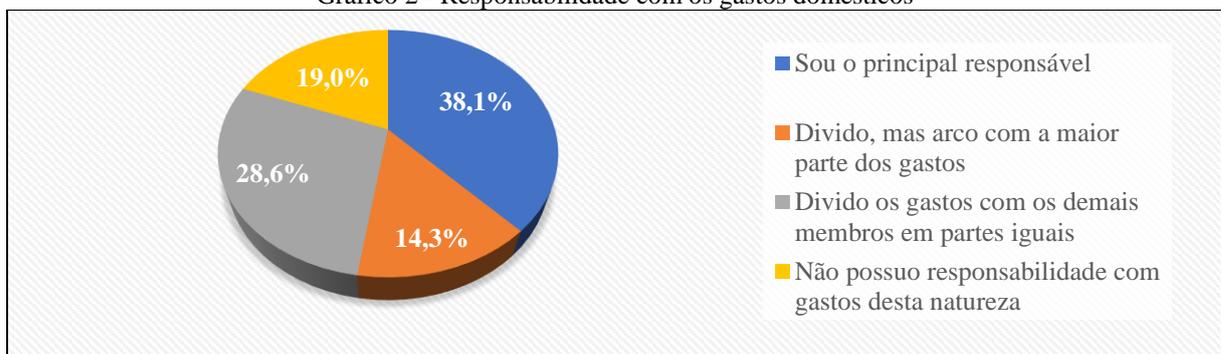


Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

No gráfico 2 observa-se que 38,1% dos idosos são os principais responsáveis por manter o sustento da família, 28,6% afirmaram que dividem os gastos com os demais membros em partes iguais enquanto que apenas 19% afirmaram não ter responsabilidade com os gastos do domicílio e 14% divide, mas acaba arcando com a maior parte dos gastos. Os dados deste estudos diferem, por exemplo, dos resultados encontrados por Vasconcelos (2016) em que 100% dos entrevistados possuíam responsabilidade parcial ou integral com esses gastos.

Isso demonstra que a pessoa idosa exerce um papel economicamente importante nos domicílio, principalmente naqueles em que a única renda é proveniente do benefício que o idoso recebe e, portanto, a subsistência da família depende desse benefício.

Gráfico 2 - Responsabilidade com os gastos domésticos



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Ao serem perguntados sobre o que levam em consideração antes de realizar aquisição de grande porte 42,9% consideram uma parcela adequada a sua renda, outros 33,3% disseram que só compram à vista e 23,8% levam em consideração a taxa de juros antes de compras de grande porte. Nenhum dos participantes leva em consideração despesas adicionais (seguros, taxas, etc.) e nenhum marcou a opção “Outro”.

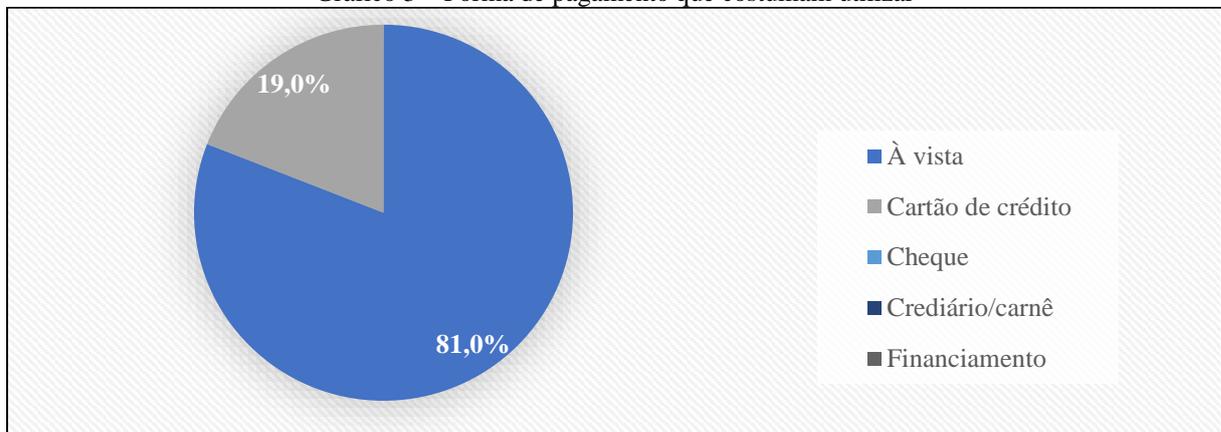
A prática de considerar a parcela adequada a renda como fator determinante para a decisão de compra pode representar um risco ao idoso, pois nessa parcela podem estar inseridas altas taxas de juros ou mesmo condicionamento da compra à seguros, sem que a pessoa idosa tenha ciência. Persson (2022), destaca que essa prática é muito comum, principalmente, na contratação crédito pessoal podendo ser aplicada também a aquisição de produtos ou serviços.

Zerrenner (2007) também encontrou resultados semelhantes em seu estudo com pessoas de baixa renda, atribuindo o endividamento a falta de planejamento financeiro visto que o comportamento dos indivíduos considera novas aquisições a partir de necessidades momentâneas. O autor ressalta que por esse motivo, oportunidades mais vantajosas podem ser negligenciadas.

Campara, Vieira e Ceretta (2016), averiguaram que os participantes da pesquisa tem uma maior preocupação com o presente, portanto, tem o comportamento pautado em suprir as necessidades do momento em detrimento tem-se os compromissos do passado e futuro. Nesse sentido, pode-se inferir que a preocupação com a parcela caber no orçamento pode negligenciar outros compromissos financeiros assumidos anteriormente.

Em relação a forma de pagamento que utilizam para realizar as compras 81,0% costumam pagar suas compras à vista e apenas 19,0% usam o cartão de crédito. Nenhum respondeu as opções referentes a cheque, crediário/carnê, financiamento (dados expostos no gráfico 3).

Gráfico 3 – Forma de pagamento que costumam utilizar



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Quanto a percepção dos respondentes sobre estarem endividados 85,7% dos entrevistados não se consideram endividados, assim, apenas 14,3% acreditam estar endividados. Dos idosos que disseram estar endividados 9,5% são casados ou estão em uma união estável e 4,8 são viúvos (as). Os resultados encontrados corroboram com Gonçalves (2021) que considera os servidores casados mais propensos ao endividamento, conforme o autor isso se dá devido a aquisição de novas responsabilidades que os solteiros não costumam ter e, por não planejarem a vida para o pós casamento, as pessoas tendem a utilizar mais o crédito.

Enquanto ao fator escolaridade daqueles que se declararam endividados, encontrou-se resultados semelhantes aos que de Doll *et al.* (2021), em que as diferenças entre idosos com maior e menor grau não se mostraram significativas a ponto de ser fator interferir no endividamento. Porém, os autores ressaltam que o risco ao endividamento é maior para as

peças que possuem renda muito baixa e, por vezes, não conseguem suprir as necessidades básicas, tornando o endividamento quase que obrigatório.

4.3 Análise sobre educação financeira, reserva de emergência e utilização de crédito.

Partindo do pressuposto de que para haver equilíbrio financeiro, é necessário ter um planejamento e a formação de uma reserva financeira é uma etapa primordial os participantes foram perguntados por quantos meses conseguiriam manter o padrão atual de vida, no caso de perda total da fonte de renda, utilizando apenas as economias (tabela 7). Assim 52,4% afirmaram que não conseguiriam manter o padrão de vida nem ao menos um mês, enquanto 19,0% conseguiriam manter por até 3 meses e a mesma porcentagem poderia se manter por pelo menos 6 meses. Em linhas gerais 71,4% conseguiriam manter o mesmo padrão de vida por no máximo 3 meses.

O baixo número de pessoas com reservas financeiras encontradas por esse estudo é extremamente preocupante devido a exposição desses a qualquer imprevisto que possa ocorrer, conforme foi exposto por Campara, Vieira e Ceretta (2016), ao perceberem que 31,6% dos pesquisados não possuíam reserva financeira igual ou superior a três vezes o custo de vida mensal em alguma aplicação que pudesse ser retirada rapidamente em caso de emergência.

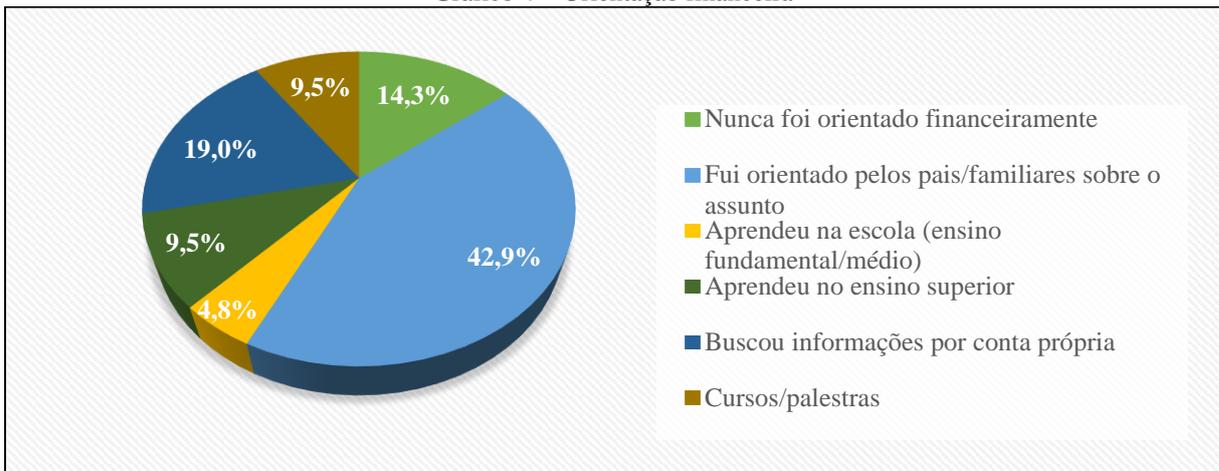
Tabela 7 - Tempo que conseguiriam manter o padrão de vida

	Frequência	Percentual	Porcentagem acumulada
Nem ao menos um mês	11	52,4%	52,4%
Até 3 meses	4	19,0%	71,4%
De 4 a 6 meses	4	19,0%	90,5%
De 10 a 12 meses	2	9,5%	100,0%
Total	21	100,0%	

Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

No gráfico 4 estão dispostas os dados referente a pergunta se os participantes receberam orientação financeira e a maneira de que adquiriram percebe-se que predomina a orientação recebida pela família pois 42,9% atribuíram os conhecimentos aos pais/familiares isso demonstra que os conhecimentos normalmente são adquiridos na convivência familiar, 19,0% afirmaram que buscaram conhecimentos por conta própria, 14% afirmaram que nunca receberam orientação sobre educação financeira, 9,5% foram orientados em cursos/palestras. Os participantes com ensino superior afirmam que aprenderam no ensino superior, eles representam 9,5%. Apenas 4,8% afirmam que obtiveram orientação no ensino fundamental/médio.

Gráfico 4 – Orientação financeira



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

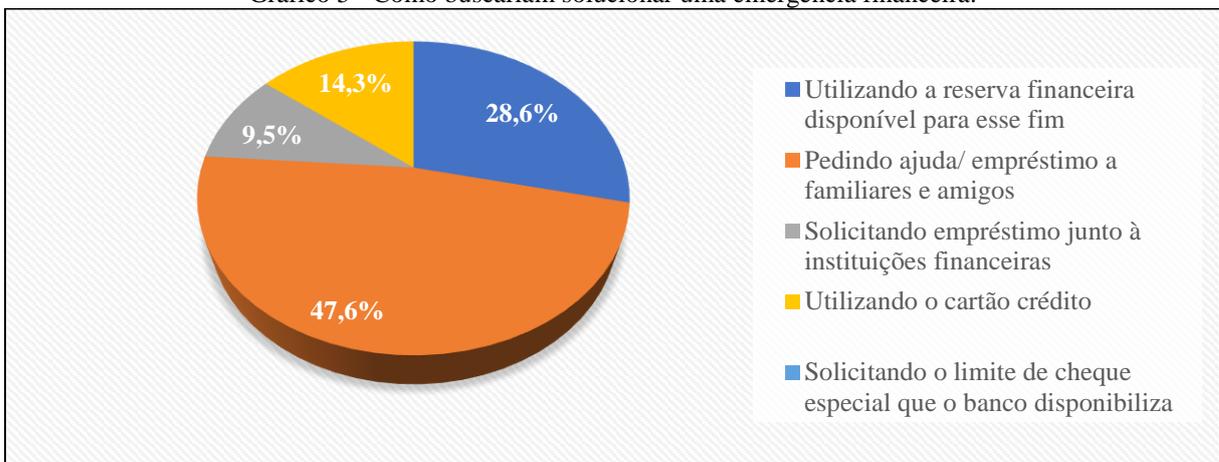
Ao realizar o cruzamento dos dados referentes a orientação financeira e reserva financeira, constatou-se que os 9,5% que afirmaram nunca ter recebido orientação financeira também não conseguiriam manter por nem ao menos um mês o mesmo padrão de vida em caso de perda total da sua renda.

Na questão sobre como eles avaliavam o próprio nível de educação financeira 76,2% avaliam seus conhecimentos como regular e 23,8% consideram regular. Nenhum dos respondentes avalia seu nível de conhecimento sobre o assunto como alto ou baixíssimo.

Para verificar, em uma emergência financeira, como os participantes buscariam solucioná-la, a maioria 47,6% recorreriam a familiares e amigos, 28,6% utilizariam a reserva financeira que têm disponível, 14,3% utilizariam o cartão de crédito e 9,5% recorreriam as instituições financeiras. Nenhuma recorreria ao limite do cheque especial (gráfico 5).

Se faz necessário enfatizar que os idosos participantes 23,8% solucionaria uma emergência recorrendo a uma instituição financeira, seja na forma de empréstimo ou utilizando o cartão de crédito, número menor do que os que recorreriam a familiares e amigos, destoando um pouco disso, Vasconcelos (2016) aferiu que caso os participantes precisassem de dinheiro tinham preferência por solicitar quantias aos bancos ao invés de recorrer a terceiros.

Gráfico 5 - Como buscariam solucionar uma emergência financeira.



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Para analisar a recorrência do uso de crédito perguntou-se quantas vezes, aproximadamente, precisaram recorrer a empréstimos e financiamentos nos últimos cinco anos. Assim, o gráfico 6 demonstra que os responderam que não precisaram recorrer nenhuma vez a

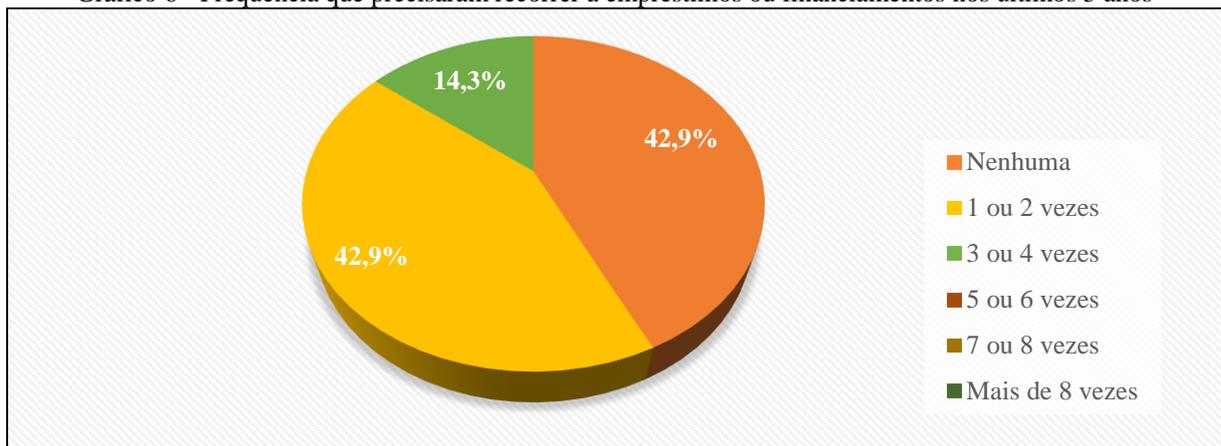
empréstimos ou financiamentos representam 42,9%, mesma porcentagem correspondente aos que precisaram recorrer uma ou duas vezes.

Nesse contexto, Vasconcelos (2016), afirma que a recorrência na contratação do crédito torna-se constante na vida dos idosos, em seus estudos 80,8% dos idosos fariam nova contratação, sendo que desses, 25,0% contratariam especificamente o crédito consignado, enquanto que apenas 19,2% disseram que não contratariam qualquer modalidade. A autora afirma, que a maioria recorre sempre aos mesmo tipos de crédito devido ao hábito, sem avaliar outras alternativas que poderiam ser mais benéficas.

Ao realizar o cruzamento das variáveis renda familiar e Frequência que precisam recorrer a empréstimos e financiamentos, percebeu-se que 14,3% da parcela que recorreu uma ou duas vezes está na faixa de renda mais baixa de até R\$1.212,00. Aqueles que precisaram utilizar créditos ou financiamentos três ou quatro vezes somam 14,3%.

O estudo de variáveis que interferem no endividamento de Campara, Vieira e Ceretta (2016) concluiu que o fator renda tem influência sobre o endividamento e, portando, famílias de baixa renda estão mais propensas ao fenômeno. Zerrenner (2007) também enfatiza que as famílias de baixa renda tendem a se endividam mais facilmente por estarem mais suscetíveis, por exemplo, ao desemprego que os impede de conseguirem saldar os compromissos de ordem econômica.

Gráfico 6 - Frequência que precisaram recorrer a empréstimos ou financiamentos nos últimos 5 anos



Fonte: Elaborado pela Autora (2022).

Perguntou-se também se quando precisavam recorrer a financiamentos costumavam dar algum valor de entrada, 52,4% afirmou que sim e 47,6% responderam que não. No que diz respeito a possuir restrições junto aos órgãos de proteção ao crédito 85,7% afirmaram que não possuem e 14,3% disseram que sim e atribuíram isso a imprevistos familiar (desastres, tragédias, falecimentos e etc.) e falta de planejamento pessoal.

Considerando que a inadimplência é uma consequência do endividamento excessivo, ou seja, o indivíduo chega em um determinado momento que já não consegue arcar com suas dívidas, o autor Zerrenner (2007) demonstrou que dentre as causas que levam a isso, estão os incidentes familiares (como saúde e desemprego) sendo a justificativa para 21,6% dos participantes, outros 35,1% atribuíram ao consumismo e 43,1% citaram que foi devido ausência de planejamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo foram apresentadas considerações a respeito do crédito e a expansão dele no decorrer dos anos, fato que beneficiou muitas famílias, especialmente as de

baixa renda por facilitar o consumo de bens e serviços. Assim o crédito se tornou indispensável pois com o aumento da demanda gerada pelo consumo, não somente as pessoas se beneficiam de forma direta, mas a economia do país é beneficiada.

Todavia, o crédito quando utilizado de forma indiscriminada ou sem um planejamento financeiro pode gerar dificuldades de pagamento para o indivíduo. Dessa forma, o planejamento financeiro pessoal se torna uma ferramenta importante para evitar ou reduzir o risco de comprometimento excessivos das receitas e o consequente endividamento e a inadimplência, que é a impossibilidade de honrar com os compromissos assumidos.

Nesse sentido, o estudo buscou analisar o comportamento dos idosos diante do crédito disponível, pois o grupo dos idosos representa uma parcela significativa de pessoas que tornaram-se inadimplentes em um período recente, conforme citado no referencial teórico.

Considerando o objetivo geral de analisar a relação entre planejamento financeiro pessoal e o grau de endividamento dos idosos, não conseguiu atestar de fato se o controle dos gastos e a possível existência do planejamento financeiro exercem influência direta sobre o grau de endividamento, isso ocorre porque a maioria das pessoas, idosos residentes no bairro do São Francisco na cidade de São Luís - MA, não realiza esse controle, mas também não se considera endividado.

A não realização do controle dos gastos acontece, principalmente, por não considerarem isso necessário e pela falta de interesse. A falta de interesse pode ser atribuída inclusive ao longo período vivenciado pelos idosos, citado no referencial teórico deste estudo, em que a inflação era extremamente elevada e as pessoas não tinham perspectiva futuras e, portanto, as pessoas não adquiriram hábitos de controle dos gastos com finalidade de constituir reservas financeiras.

O estudo evidenciou também que a maioria dos respondentes não conseguiriam manter o padrão de vida em caso de perda total da renda, mesmo que seja por curto período de um mês, demonstrando que não possuem recursos financeiros disponíveis e, em situações de emergência recorreriam, em sua maioria a familiares e/ou amigos. Na impossibilidade de obter ajuda desses grupos os idosos recorreriam às instituições financeiras.

Assim, de acordo com a análise dos dados da pesquisa também pode-se considerar que a recorrência na utilização de crédito por uma parcela dessa população pode ser atribuída, parcialmente, a inexistência de uma reserva financeira destinada a possíveis emergências.

O atual cenário de incertezas ocasionado devido à instabilidade dos casos da COVID-19 constituiu uma limitação à pesquisa, visto que a população estudada é uma das que compõe o grupo de risco dificultando o contato físico para a aplicação do questionário, assim sendo, os respondentes representam apenas um recorte da população de idosos da cidade de São Luís. Portanto, sugere-se pesquisa mais abrangentes para investigar as variáveis decisivas ou que exercem grande influência no endividamento das pessoas idosas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fernanda. **Reserva de Emergência: 3 passos para criar sua**. 2021. Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/ensina/suas-economias/reserva-de-emergencia/>>. Acesso em 01 de julho de 2022

ASSUNÇÃO, Larissa Luzia Gonçalves. **Planejamento financeiro familiar em tempos de covid-19: a percepção de famílias sobre reserva de emergência**. 2022. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34441>>. Acesso em 03 de agosto de 2022.

CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. 2002. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2091/1/TD_858.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

CAMARANO, Ana Amélia. **Estatuto do Idoso: avanços com contradições**. Texto para Discussão, 2013. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/handle/10419/91154>>. Acesso em 13 de julho de 2022.

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara Mendes; CERETTA, Paulo Sergio. Entendendo a atitude ao endividamento: fatores comportamentais e variáveis socioeconômicas o determinam?. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 15, n. 1, p. 5-24, jan. 2016. ISSN 1677-7387. Disponível em: <<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2012>>. Acesso em 12 de setembro de 2022.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

DOLL, Johannes et al. ENDIVIDAMENTO DE PESSOAS IDOSAS NO RIO GRANDE DO SUL: PRINCIPAIS FATORES DE RISCO. **Revista Valore**, v. 6, p.19-37, 2021. Acesso em 02 de maio de 2022.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4ª. ed., 2002

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

GONÇALVES, Guilherme Campos. **Endividamento pessoal: uma análise a partir da utilização do crédito consignado por servidores públicos**. 2021. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/41309>>. Acesso 08 de maio de 2022.

GUIMARÃES, S.; GONÇALVES, R. M. L.; MIRANDA, I. de A. Propensão ao risco de endividamento excessivo dos servidores federais: um estudo na universidade federal de viçosa campus rio Paranaíba. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**, Viçosa, v. 11, n. 2, p.24-49, dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/view/228>>. Acesso em 08 de novembro de 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>>: Acesso em 15 de junho de 2022.

JANONE, Lucas. **Mais de 90% das profissões registram menor poder de compra de 2022**. *CNN Brasil*, 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/mais-de-90-das-profissoes-registram-menor-poder-de-compra-em-2022-aponta-cnc/>>. Acesso em 08 de julho de 2022.

JUGMANN, Mariana. **Serasa: em um ano, 900 mil pessoas com mais de 60 anos ficaram inadimplentes**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia->

nacional/acervo/economia/audio/2020-02/serasa-em-um-ano-900-mil-pessoas-com-mais-de-60-anos-ficaram-inadimplentes/>. Acesso em 20 de junho de 2022.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sel. **A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PEIC, PESQUISA CNC Pesquisa de endividamento e inadimplência 2022. Disponível em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-abril-de-2022-duplicate-1/428219>>: Acesso em 24 de junho de 2022.

PERSSON, Rodrigo. **A hipervulnerabilidade do consumidor idoso frente ao crédito pessoal: opções de enfrentamento**. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/6873>>. Acesso em 25 de agosto de 2022.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. **Aposentados têm recebido dinheiro sem ter pedido empréstimo**. G1, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornalglobonews/video/aposentados-tem-recebido-dinheiro-sem-ter-pedido-emprestimo9891482.ghtml>. Acesso em 12 de julho de 2022.

PORTAL DE NOTÍCIAS G1. **Taxa de desemprego entre os jovens está acima de 20% desde 2016**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/03/30/taxa-de-desemprego-entre-os-mais-jovens-esta-acima-de-20percent-desde-2016.ghtml>>. Acesso em 12 de julho de 2022.

PORTO, Elisabete Araújo. **Evolução do crédito pessoal no Brasil e o superendividamento do consumidor aposentado e pensionista em razão do empréstimo consignado**. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4428>>. Acesso em 23 de setembro de 2022.

SESC. **Pesquisa idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na 3ª idade - 2ª edição**. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/08/Pesquisa-Idosos-II-Completa-v2.pdf>>: Acesso em 27 de junho de 2022.

SOUSA, Yanna Gomes de, MEDEIROS, Paulo César de, MEDEIROS, Soraya Maria de. Endividamento financeiro na terceira idade. **Âmbito Jurídico**, 2018., Rio Grande, XIX, n.146, mar 2016. Disponível em <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-146/endividamento-financeiro-na-terceira-idade/>> Acesso em 01 de julho de 2022.

SPC Brasil. **57% dos consumidores da terceira idade não têm qualquer reserva de dinheiro**, aponta SPC Brasil, 2014. Disponível em <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/896>>: Acesso em 13 de junho de 2022.

SPC Brasil. **40% dos usuários de cheque especial recorrem ao limite extra todos os meses**, aponta pesquisa CNDL/SPC Brasil, 2019. Disponível em <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/6702>>. Acesso em 13 de junho de 2022.

TEIXEIRA, Solange Maria; RODRIGUES, Vanessa da Silva. Modelos de família entre idosos: famílias restritas ou extensas?. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 12, p. 239-253, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbagg/a/QyqGhjjzpjQ8ktrpmbDMsXD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 05 de junho de 2022.

VASCONCELOS, Adriana Miranda de. **Utilização de crédito pelos idosos participantes do Programa Municipal de Terceira Idade de Viçosa-MG**. 2016. 162 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016. Disponível em: <<https://locus.ufv.br/handle/123456789/8397>>. Acesso em 12 de setembro de 2022.

ZERRENNER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13112007-120236/pt-br.php>>. Acesso em 05 de novembro de 2022.

10. Caso tenha respondido afirmativamente à questão anterior, responda: Qual ou quais ferramentas você utiliza para monitorar os gastos pessoais?

- Apenas acompanho o extrato da conta bancária
- Caderno de Anotações
- Planilhas eletrônicas
- Aplicativo no celular
- Outra

11. Caso tenha respondido negativamente à questão 9 deste questionários, responda:

Qual motivo para não realizar o monitoramento de gasto

- Não tenho interesse
- Não tenho tempo
- Não sei como fazer
- Não considero necessário
- Outra pessoa faz esse controle para mim

12. Dos gastos relacionados abaixo, indique os que você paga (ou ajuda a pagar) com a sua renda:

- Alimentação
- Moradia (aluguel, condomínio, financiamento etc.)
- eletrodomésticos e móveis
- empréstimos e financiamentos (com exceção do imobiliário)
- contas de luz e água
- atividades físicas
- entretenimento
- remédios
- plano de saúde
- Outros: _____

13. Dos gastos relacionados na questão anterior, quais os dois tipos de despesas que mais influenciam no seu orçamento mensal:

14. Qual a sua responsabilidade com os gastos domésticos?

- Sou o principal responsável
- Divido, mas arco com a maior parte dos gastos
- Divido os gastos com os demais membros em partes iguais
- Não possuo responsabilidade com gastos desta natureza

15. O que você leva em consideração antes de aquisições de grande porte?

- Taxa de juros
- Parcela adequada a sua renda
- Só compro à vista
- Despesas adicionais (seguros, taxas, etc)
- Outro

16. Qual a forma de pagamento costuma utilizar para realizar suas compras?

- À vista
- Cartão de crédito
- Cheque
- Crediário/carnê
- Financiamento

17. Você se considera endividado atualmente?

- Sim Não

18. Por quantos meses conseguiria manter o mesmo padrão atual de vida, no caso de perda total da fonte de renda, utilizando apenas suas economias?

- Até 3 meses De 4 a 6 meses
 De 7 a 9 meses De 10 a 12 meses
 Nem ao menos um mês

19. Recebeu orientação sobre educação financeira?

- Nunca foi orientado financeiramente
 Fui orientado pelos pais/familiares sobre o assunto
 Aprendeu na escola (ensino fundamental/médio)
 Aprendeu no ensino superior
 Cursos/palestras
 Buscou informações por conta própria

20. Como você avalia seu nível de conhecimento em Educação Financeira?

- Alto Regular
 Baixo Baixíssimo

21. Em uma emergência financeira, como você busca solucioná-la?

- Utilizando a reserva financeira disponível para esse fim
 Pedindo ajuda/ empréstimo a familiares e amigos
 Solicitando empréstimo junto às instituições financeiras
 Utilizando o cartão crédito
 Solicitando o limite de cheque especial que o banco disponibiliza

22. Nos últimos 5 (cinco) anos, aproximadamente, quantas vezes você precisou recorrer a empréstimos ou financiamentos?

- Nenhuma 1 ou 2 vezes
 3 ou 4 vezes 5 ou 6 vezes
 7 ou 8 vezes Mais de 8 vezes

23. Quando você precisa recorrer a financiamentos, você costuma dar um valor de entrada?

- Sim Não

24. Você possui restrição junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito?

- Sim Não

25. Caso tenha respondido a questão anterior positivamente, a que razão você relaciona essa ocorrência:

- falta de planejamento pessoal aumento de nº de membros no núcleo familiar
 golpe roubo/furto
 imprevisto familiar (desastres, tragédias, falecimento, etc.)
 inflação
 Outros: _____